

Brasília-DF, 31 de outubro de 2025

Federação dos Trabalhadores do Amazonas participa de reunião do Codam



O presidente da **Federação dos Trabalhadores do Estado do Amazonas**, filiada à CNTI, **Almir Pereira**, participou nesta quinta-feira (30) da **316ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam)**. O encontro foi presidido pelo governador **Wilson Lima** e reuniu representantes de diversos setores produtivos, sindicais e do poder público estadual.



Durante a reunião, o Codam aprovou a pauta com o maior número de projetos de sua história. Ao todo, foram 71 propostas industriais e de serviços analisadas e aprovadas, representando um marco para o desenvolvimento econômico do Amazonas. As iniciativas abrangem diferentes segmentos produtivos e têm potencial para fortalecer a geração de empregos e ampliar a arrecadação estadual.

De acordo com o governo, os projetos aprovados somam investimentos expressivos e estimativas de faturamento significativas, reforçando o papel do Codam como instância estratégica para o crescimento sustentável da economia amazonense. A participação da FTI do Estado do Amazonas na reunião reforça o compromisso da entidade com o desenvolvimento regional aliado à valorização do trabalho e à defesa dos direitos dos trabalhadores da indústria.

Fonte: FTIAM

Convite

As táticas de negociação para ACTs/CCTs:

CNTI

31 de outubro 2025

Secretaria Regional Centro-Oeste FETIEMS
Rua Vasconcelos Fernandes, 853
Vila Independência - Campo Grande - MS

08h

Palestrante

Eduardo Anunciato
Secretário de Educação

Para mais informações:
(65) 99882-1730 - Secretário regional
Ronel de Lima Zimmermann
(11) 3346-2795 - DANIELE

www.cnti.org.br

Cronograma do Dia:

BOAS PRÁTICAS PARA NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

08h30 às 09h10 09h10 às 09h30 09h30 às 10h30 10h30 às 10h45 10h45 às 12h 12h às 14h 14h às 14h30 14h30 às 16h 16h às 16h15 16h às 16h45 16h45 às 17h15 17h15 às 17h30	<i>Boas-vindas, abertura e apresentações.</i> <i>A importância da boa negociação.</i> <i>Táticas de negociação</i> <i>Pausa para café</i> <i>Como aplicar as táticas.</i> <i>Almoço</i> <i>Importância de seguir o regramento jurídico e prazos para garantir segurança jurídica e êxito nas negociações.</i> <i>Detalhamento do cronograma de negociação.</i> <i>Pausa para café</i> <i>Firmando a representação.</i> <i>Sugestões de cláusulas obrigatórias.</i> <i>Considerações finais e avaliação.</i>
---	---

CNTI

Link:

<https://us02web.zoom.us/j/4306009074?pwd=OXI2b2UxTVdXdlBEU2xuMQwVvKFCZz09&omn=85889327352>

Brasília-DF, 31 de outubro de 2025

Centrais sindicais se reúnem com Guilherme Boulos; Nova Central reforça compromisso com o diálogo social



Representantes das principais centrais sindicais do país participaram, nesta quinta-feira (30), de reunião com o novo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, no Palácio do Planalto.



Entre os presentes esteve o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Auersvald, que ressaltou a importância de fortalecer os canais de interlocução entre o governo e o movimento sindical, visando ampliar a participação das entidades nas decisões que impactam o mundo do trabalho.

Durante o encontro, as centrais apresentaram pautas de interesse dos trabalhadores e defenderam a construção de uma agenda comum voltada à promoção do emprego, da renda e da valorização do trabalho decente.

Fonte: NCST

Governo começa a discutir fim da escala 6x1 e sugere ajustes para proposta

Deputada Erika Hilton se reuniu com ministro Haddad, para debater projeto; ela propõe escala 4x3, governo quer 5x2



Deputada Erika Hilton propõe escala de 4x3 para Jornada de trabalho semanal - Lula Marques/Agência Brasil

A deputada Erika Hilton (Psol-SP) teve uma reunião nesta quarta-feira (29) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad para discutir o projeto que põe fim à escala de trabalho 6 por 1. A ideia é fazer ajustes no projeto para devolver ao Congresso sem "pontas soltas" e, assim, tentar garantir a aprovação sem mudanças drásticas feitas pelos deputados de direita.

Em conversa com o Brasil de Fato, a deputada afirmou que a reunião foi no sentido de trocar informações e "apurar arestas" no projeto para que o texto seja o mais redondo possível.

O Brasil de Fato apurou que, depois de uma certa resistência, o governo federal está disposto a discutir a mudança por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e começou a debater algumas questões com a autora do projeto. A principal delas é o número de dias para a jornada de trabalho semanal.

O texto proposto pela deputada fala em quatro dias de trabalho para três de descanso. A ideia do governo é que sejam cinco dias para dois de descanso. Para setores do governo, isso ajudaria a reduzir a resistência dos deputados de direita no Congresso. Outro ponto do texto apresentado pela deputada indica a redução da jornada de trabalho semanal de 44 horas para 36 horas semanais, sem redução de salário.

O tema ganhou as ruas do Brasil e se tornou pauta de manifestações em 1º de maio deste ano. Na ocasião, ao invés de aproveitar a pressão popular, o governo acabou recuando e o próprio ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que não via espaço para a

Brasília-DF, 31 de outubro de 2025

aprovação do projeto na época. Agora, pediu pressão nas ruas para que a discussão fosse retomada.

“A escala 6x1 é a jornada mais cruel que existe, especialmente para as mulheres. Então, é momento de renovar. Tem países que já passaram por esse processo e já eliminaram a seis por um. O governo brasileiro torce para um final feliz em relação a isso. A jornada máxima do Brasil hoje é de 44 horas semanais. O Brasil está preparado para ir para 40 horas semanais e adequar essa jornada tão cruel. É importante que os movimentos observem corretamente a necessidade da manutenção da mobilização”, afirmou.

Outros projetos

Ao menos outros três projetos estão propondo uma redução na jornada de trabalho. Além da proposta da deputada Erika Hilton, também existe o Projeto de Lei 1.105/2023, do senador Weverton Rocha (PDT/MA), que regulamenta a redução da jornada sem redução de salários em acordos ou convenções coletivas de trabalho.

A PEC 148/2015, do senador Paulo Paim (PT/RS), propõe a redução da jornada para 40 horas semanais imediatamente e um escalonamento anual para a diminuição gradativa até chegar a 36 horas semanais, sem redução de salário.

Já a Proposta de Emenda à Constituição 221/2019, do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), defende a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas semanais em um prazo de 10 anos.

Fonte: Brasil de Fato

Caged: Brasil abre 213.002 vagas formais de trabalho em setembro e supera projeções

O resultado do mês passado foi fruto de 2.292.492 admissões e 2.079.490 desligamentos



O Brasil abriu 213.002 vagas formais de trabalho em setembro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta quinta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O resultado do mês passado foi fruto de 2.292.492 admissões e 2.079.490 desligamentos e ficou acima da expectativa de economistas apontada em pesquisa da Reuters de criação líquida de 180.750 vagas.

O saldo de setembro ficou abaixo do número registrado no mesmo mês em 2024, com saldo positivo de 252.237 vagas. No acumulado do ano, foram abertos 1.716.600 postos de trabalho, nível menor do que o registrado no mesmo período no ano passado, de 1.995.164 vagas.

Os cinco grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos de vagas em setembro, com o setor de serviços na liderança, com 106.606 postos. Em seguida, ficou o setor industrial, com 43.095 vagas, enquanto o setor agropecuário teve o desempenho mais fraco, com abertura de 3.167 postos.

Fonte: Reuters

Centrais sindicais repudiam chacina no Rio e cobram responsabilização do Estado

Centrais sindicais reagem à chacina no Rio com nota de repúdio. Entenda as implicações deste trágico evento.



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

As principais centrais sindicais do país — CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Intersindical e Pública Central do Servidor — divulgaram nota pública em repúdio à chacina ocorrida no Rio de Janeiro em 28 de outubro, que deixou mais de 130 mortos, durante a chamada Operação Contenção, comandada pelo governo estadual.

No documento, as entidades classificam o episódio como um “espetáculo de barbárie” que “fere a consciência nacional e envergonha o Brasil perante o mundo”. As centrais denunciam a adoção de uma política de segurança baseada no extermínio e

Brasília-DF, 31 de outubro de 2025

afirmam que o Estado não pode se converter em “agente da ilegalidade”.

A nota também expressa apoio à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que determinou que o governador Cláudio Castro preste esclarecimentos sobre a operação, e pede ação firme do governo federal para conter o avanço da violência institucional no país.

O texto, assinado pelos presidentes Sérgio Nobre (CUT), Miguel Torres (Força Sindical), Ricardo Patah (UGT), Adilson Araújo (CTB), Antonio Neto (CSB), Nilza Pereira de Almeida (Intersindical) e José Gozze (Pública), reafirma que “não há paz possível fora da legalidade” e que a defesa da vida deve ser o princípio de qualquer política pública

Confira a íntegra da Nota

Nota pública das centrais sindicais sobre a chacina no Rio de Janeiro

O espetáculo de barbárie ocorrido no Rio de Janeiro em 28 de outubro, que deixou um saldo macabro de mais de 130 mortos, fere a consciência nacional e envergonha o Brasil perante o mundo.

O massacre, resultado da Operação Contenção, revelou uma trágica e inaceitável política de segurança pública que, em vez de proteger, extermina. Trata-se de uma chacina de proporções históricas, com repercussões devastadoras para qualquer ser humano que valorize a vida e o Estado de direito.

A ação, desastrosamente comandada pelo governador Cláudio Castro, não apenas vitimou moradores das comunidades, mas estigmatizou toda a sociedade carioca, reforçando estereótipos, o medo e o abismo social que divide o país. O crime deve ser combatido, sim — com firmeza, mas dentro dos limites da Constituição e da lei.

Quando o próprio Estado assume o direito de matar sumariamente, ele se converte, ele mesmo, em agente da ilegalidade. O nível de violência aplicado em plena luz do dia, em uma das maiores cidades do mundo, arrasta o país de volta à barbárie e da impunidade.

O Supremo Tribunal Federal, por decisão do ministro Alexandre de Moraes, determinou que o governador Cláudio Castro preste informações detalhadas sobre a operação. A decisão marca um passo importante na tentativa de conter o avanço da violência institucional no país.

Reiteramos apoio à ação do STF e clamamos que o governo federal atue com firmeza para interromper a escalada de selvageria e descontrole que se abateu sobre o Rio de Janeiro.

O Brasil precisa reafirmar que não há paz possível fora da legalidade e que a vida — todas as vidas — deve ser o princípio e o fim de qualquer política pública.

São Paulo, 29 de outubro de 2025

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Nilza Pereira de Almeida, secretária Geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor

Fonte: Rádio Peão Brasil

 **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA**  Filiada à

CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Mês de Conscientização e Prevenção ao Câncer de Mama

EI MULHER, PREVINA-SE!

FAÇA O AUTOEXAME.

*Onde existe cuidado,
a vida floresce.*

Cuide de sua saúde, conheça o seu corpo e esteja atenta a qualquer alteração. Pequenos cuidados podem salvar vidas.

 **SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI** 2025